


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001876-94.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Darcy Martins de Oliveira e outro**
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, nos quais os embargantes alegam que receberam em doação 1/7 da nua propriedade do imóvel descrito foi doado a José Carlos Mariotto, em 14 de julho de 2004, portanto antes do ajuizamento da execução, da qual não fizeram parte, tendo agido de boa-fé, só não promovendo a registro da escritura, por falta de condições financeiras.

O embargado apresentou manifestação, reconhecendo a procedência do pedido, com ressalva à condenação em honorários.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

A presente causa insere-se entre aquelas de competência do JEFAZ, cuja competência é absoluta. Como a referida competência está afeta a esta mesma vara da fazenda, por economia processual desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede. Embora não esteja instalado, segue-se o seu rito.

O pedido merece acolhimento, pois houve expresse reconhecimento por parte da embargada, uma vez que, de fato, houve a doação pelo executado José Carlos Mariotto, antes do ajuizamento da execução fiscal.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e procedente o pedido, com fundamento no artigo, 487, I, do CPC, para o fim de determinar que seja levantada a constrição que recai sobre imóvel aqui reivindicado, (1/7 da nua propriedade do bem matriculado sob o número 105.619, procedendo-se pelo sistema ARISP, se viável.

Sem condenação dos réus nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

Redistribua-se ao JEFAZ.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 11 de abril de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**